

*História e deslocamentos dos Guarani Mbya do Paraguai ao Espírito Santo (1940-1973)**

KALNA MARETO TEO**
Universidade Federal Fluminense

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a construção identitária dos povos Guarani do Espírito Santo. Esses índios, ao reelaborarem suas identidades étnicas, constroem suas histórias em processos distintos, por meio da atualização de seus mitos, ritos, narrativas, memórias, objetos, locais e pessoas. A construção do território guarani é realizada por meio dos deslocamentos (*ogwata porã*), e é também por meio desses deslocamentos que os Guarani Mbya constroem suas histórias e suas identidades sociais. O território guarani é físico, porque esses índios buscam espaços possíveis, com condições ambientais específicas, para a construção das aldeias. O território guarani é imaginado, porque os Mbya, ao realizarem os deslocamentos, estão construindo um território para além das fronteiras físicas estabelecidas pelo Estado nacional, pois trata-se de um território construído por meio desses deslocamentos e pelas relações de casamentos, de parentesco, de busca de sementes, de rituais. Este trabalho se ancora em fontes escritas – documentais, informativas e teóricas – e em fontes orais, entre as quais se destacam os depoimentos indígenas.

Palavras-chave: Guarani Mbya; Identidade étnica; Deslocamentos; Território.

Abstract: This thesis has the objective of analyzing the identity construction of Guarani of the Espírito Santo. These Indians transformed their ethnic identities, build their stories in different processes, through the update of its myths, rites, narratives, memories, objects, places and people. The construction of the Guarani territory is carried out through the displacements (*ogwata porã*) and is also through these displacements that the Guarani Mbya build their stories and their social identities. The territory Guarani is physical because these Indians seek possible areas with specific environmental conditions for the construction of villages. The territory Guarani is imagined because the Mbya in carrying out the displacements are building a territory beyond the physical boundaries set by the National State, because it is a territory built by the displacements and relations of marriage, parentage, searching for seed, rituals. The sources used for this work were oral sources, indigenous statements and written sources.

Keywords: Guarani Mbya; Ethnic identity; Displacements; Territory.

* Recebido em 03 de julho de 2015 e aprovado para publicação em 06 de agosto de 2015.

** Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense. Instituição atual: Instituto Federal do Espírito Santo. E-mail: kalnamt@gmail.com.

Os Guarani são um povo que habita os países da América do Sul, como Bolívia, Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina. No Brasil, os Guarani vivem nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em 2005, a população guarani no continente foi estimada em 94.657 habitantes. Segundo o Censo do IBGE (2010), no Brasil esse número é de 67.523 índios.¹

A população guarani apresenta-se subdividida conforme os subgrupos: Mbya, Nhandeva ou Ava Xiripa e Kaiowa ou Pai Tavyterã. Os subgrupos distinguem-se entre si devido às variações linguísticas e culturais próprias. Os Guarani do Espírito Santo auto intitulam-se como Nhandeva, nosso povo, nós, nossa gente. Uma das principais características dos Mbya consiste na realização do *oguata porã* (caminhada) e eles acreditam na *Yvy marãey*, Terra sem Mal. Essa classificação foi realizada por Schaden e até hoje é reconhecida pelos antropólogos e também pelos índios (LADEIRA, 2008, p. 61).

As aldeias kaiowa encontram-se na região central do Paraguai e na região sul do Mato Grosso do Sul. Os Nhandeva concentram-se também no Paraguai, nas áreas compreendidas entre os rios Jejui Gazu, Corrientes e Acaray. No Brasil, vivem nas aldeias do Mato Grosso do Sul, no interior e no litoral dos estados de São Paulo, no interior dos estados do Paraná, do Rio Grande do Sul e no litoral de Santa Catarina. Os Mbya estão presentes em várias aldeias da região oriental do Paraguai, no nordeste da Argentina (província deMisiones) e norte do Uruguai. No Brasil, localizam-se nas aldeias do interior e do litoral dos estados da Região Sul e em São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo (LADEIRA, 2008, p. 61).

No Espírito Santo, a população indígena habita o município de Aracruz, situada no litoral norte do estado, distante 83 km da capital Vitória, e compreende 2.630 Tupinikim e 300 Guarani, segundo dados da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA, 2010). Os Guarani Mbya habitam as aldeias

¹ Os povos classificados segundo tronco linguístico, etnia ou povo são: 75.000 Guarani, 43.401 Kaiowa, 8.026 Mbya e 8.596 Nhandeva. Demais informações sobre os povos indígenas estão presentes em IBGE. Censo demográfico 2010. Características gerais dos indígenas: resultados do universo. Rio de Janeiro, 2012.

de Boa Esperança, Três Palmeiras e Piraquê-Açu, todas localizadas ao sul da terra indígena tupinikim.² Os Tupinikim são do tronco linguístico tupi cuja identidade foi rearticulada nos processos territoriais.

Nosso objetivo consiste em analisar a história dos Guarani Mbya, conforme a trajetória de lutas e deslocamentos desse povo indígena, no período de 1940 a 1973. A elaboração identitária desse grupo étnico se constrói por meio dos deslocamentos e nas suas interações com outros povos indígenas, como os Tupinikim. Os Guarani Mbya são nosso objeto de análise e consideramos os Tupinikim importantes agentes nos processos de luta conjunta da reconstrução identitária. A identidade étnica dos Mbya é elaborada a partir dos deslocamentos e através do contato com os agentes, como os povos indígenas Tupinikim e Krenak, com a sociedade envolvente, o Estado, as entidades civis, as ONGs. A escolha dessa época deve-se ao fato de que o momento em que os Guarani chegam ao Estado coincide justamente com a mesma época do conflito fundiário que os envolve junto aos Tupinikim e a empresa Aracruz Celulose, atual FIBRIA.

Existe um discurso construído sobre os Guarani Mbya de que eles são nômades, paraguaios e estrangeiros. Em muitos casos, essa justificativa visa deslegitimar o protagonismo indígena em torno de suas lutas acerca de seus direitos, bem como é um argumento fortemente usado pelos seus opositores em conflitos fundiários, pois, ao afirmar-se que o índio não é brasileiro, destitui-se o acesso às terras e aos demais direitos. Tais denominações demonstravam que os Guarani não eram considerados brasileiros, portanto não teriam direito sobre as terras. O seu modo de vida por meio dos deslocamentos se contrapõe à lógica de reservar um espaço apropriado aos Mbya. O fato de os Guarani realizarem *ogwata porã* é um

² Os Tupinikim são do tronco linguístico tupi cuja identidade foi rearticulada nos processos territoriais. Os Tupinikim vivem nas aldeias de Caieiras Velhas, Irajá, Comboios e Pau Brasil. Os Tupinikim, historicamente localizavam-se no litoral norte do Espírito Santo. Seus principais aldeamentos coloniais eram as aldeias de Reis Magos (Nova Almeida), Reritiba (Anchieta), Aldeia Nova (Santa Cruz). Os Tupinikim ocupam imemorialmente o Espírito Santo e reelaboraram suas identidades sociais conforme os aldeamentos que ocupavam. Esses índios constroem suas histórias evocando o fato dos antepassados terem vivido na região de Nova Almeida como fato para comprovarem sua presença histórica na Região Norte do Espírito Santo.

aspecto constitutivo de sua vida cultural e também desperta a afirmação da sua identidade étnica ao buscarem terras adequadas ao seu modo de vida. Caminhar é estar em *movimento* do corpo, do espírito e em busca de terras, pois *oguada porã* age dimensionando novos territórios diante das pressões interétnicas e dos conflitos fundiários (GARLET, 1997).

Consideramos a trajetória dos Guarani Mbya ao Espírito Santo (1940-1973) a partir de uma perspectiva histórica, na qual os Guarani, ao realizarem o *oguada porã* não tiveram somente a motivação religiosa como principal causa do deslocamento realizado por diversos estados. Preferimos optar pelo termo deslocamento e não migração, em virtude da necessidade de dimensionar historicamente os Mbya e analisar os processos de luta por territórios e construções de identidades ocorridos em diversas épocas e por grupos específicos. Faz-se necessário compreender os Guarani em sua dimensão particular, levando em conta as especificidades dos grupos étnicos e não os tratando como um grupo macro com características genéricas e universalizantes.

Estudos sobre os Guarani tentam explicar as principais causas que os levaram a realizar grandes deslocamentos ao longo do país. Schaden, mesmo que tenha retratado as migrações guarani e, inclusive, a presença Mbya no Espírito Santo em 1934, possui uma ótica baseada no estudo antropológico vigente na época, fundamentado na ideia da aculturação, segundo a qual os índios em contato com a sociedade envolvente perdiam sua cultura. O autor realizou pesquisas em diversas partes do Brasil com os Guarani de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul (SCHADEN, 1962, p. 9).

Clastres (1979), em *A sociedade contra o Estado*, analisa os índios Guarani Mbya na busca da Terra Sem Mal, *Yny maraey*, por meio das migrações lideradas pelos xamãs. Para o autor, o mundo terrestre seria um espaço de imperfeição, de dor, de falta de alimentos. O caminhar seria uma forma de manter o corpo em movimento para buscar locais mais apropriados a leste, próximo ao mar. A busca desse lugar sagrado promove o movimento do corpo guarani por meio da dança, da música, dos cânticos e da oração.

Guimaraens argumenta que as migrações realizadas pelos Guarani durante as décadas de 1950 e de 1960 remontam às trajetórias dos antepassados. Os Mbya, desde o período colonial, resistiram ao domínio

dos *encomenderos* espanhóis e das missões jesuíticas, refugiando-se nas regiões das matas do Guairá. Guimaraens (2003, p. 22-23) afirma que os Guarani, além da aparente tolerância e diplomacia, possuem um contato sistemático com a sociedade envolvente e, mesmo assim, preservam suas tradições.

Conforme Guimaraens, para os Guarani, a terra é o local da produção divina capaz de abrigar todos os seres, animais, plantas, guarani e não guarani. Desejam um espaço que lhes seja próprio e diferenciado dos *djuruá* (não índios). O espaço territorial deve conter recursos necessários ao seu modo de ser. Os Mbya reconhecem o direito divino de uso e ocupação da terra por outros grupos (GUIMARAENS. 2003.p. 32). Tradicionalmente, esses índios dividem seu território com outros povos. Por exemplo, no sul do país, os Guarani dividem suas terras com os Kaingang e os Xokleng.

Os Guarani Mbya da Região Sudeste buscam um território com as seguintes condições ambientais: localizado em sentido leste, situado próximo ao mar e com presença de Mata Atlântica. Os Guarani Mbya buscam esses lugares próprios ao seu modo de vida e nomeiam as aldeias conforme os elementos míticos para identificar esses espaços. A religião é um fator decisivo de diferenciação étnica que se dilui no cotidiano, nas diferenças de hábitos, na dieta alimentar (LADEIRA, 1992). O território guarani é formado pela relação entre os aspectos socioambientais, espaciais e de acordo com os princípios éticos que regem o modo de ser guarani. As regras de reciprocidade e de convivência social mantêm a dinâmica de ocupação territorial guarani (LADEIRA, 2001).

Litaiiff (1991, p. 34) afirma que as categorias étnicas apresentadas pelos Mbya são resultados da reorganização de fatores culturais, no sentido de absorver novos símbolos e preservar importantes valores diante do contato com a sociedade envolvente. Nos conflitos interétnicos com os Xokleng, os Kaingang e a sociedade não índia, os Guarani buscam afirmar sua identidade étnica por meio da oposição entre os grupos étnicos. A posse da terra é fundamental para a existência da cultura e da sociedade Guarani. Os Mbya afirmam sua identidade étnica na sua relação com a terra, isto é, consideram-na como espaço de que necessitam e preservam o meio natural, em contraste com os outros grupos, como os Xokleng, os Kaingang e os não índios.

Compartilhamos a visão de Garlet (1997) sobre a formação do território guarani a partir de uma perspectiva histórica e da elaboração dos espaços por meio dos processos de perda territorial (desterritorialização) e por meio da formação de novos territórios e ocupação do espaço (reterritorialização). A mobilidade guarani atua como motivadora dessa ordenação dos espaços para os Mbya e caracteriza-se por um movimento de circularidade motivado por aspectos socioculturais (casamentos, visitas, disputas político-religiosas) ou econômicos (exploração sazonal do ambiente, mudanças de aldeia e locais de cultivo). Os principais fatores que motivariam os deslocamentos guarani são a cosmologia, a organização social, a política de alianças entre os grupos, fatores econômico-ambientais e aspectos relacionados às representações sobre morte e doença, as pressões interétnicas e as políticas indigenistas (GARLET, 1997, p. 141).

Ciccarone (2001) procura analisar a importância das lideranças femininas do Espírito Santo na reconstrução da trajetória e da narração da história dos Guarani Mbya no Espírito Santo. A autora compreende o drama como resultante dos mitos de criação dos Guarani e esse drama emerge das histórias de relações do contato com a sociedade envolvente e da consequente redução dos espaços adequados para a sobrevivência e manutenção do modo de vida guarani.

Evaldo Mendes da Silva acompanhou o deslocamento dos índios entre onze aldeias situadas na região da Tríplice Fronteira do país, isto é, a área de confluência dos rios Paraná e Iguazu, entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina. O autor realizou a caminhada ou *ognata* junto aos Guarani. Para Meliá, a causa essencial dos deslocamentos consiste na procura de condições ambientais favoráveis ao modo de ser guarani (MELIÁ apud SILVA, 2007, p. 25).

O deslocamento guarani reflete as questões da dimensão ecológico-cultural (busca de terras apropriadas à caça, à pesca, ao cultivo) e da dimensão social (referente às relações de reciprocidade). O princípio fundamental do modo de ser guarani seria a relação de reciprocidade entre os índios que promovem uma consciência identitária mesmo em espaços diversos e descontínuos. A aldeia seria esse espaço onde se exerceriam o modo de ser e as relações de reciprocidade guarani. O deslocamento guarani seria

gerado, na visão de Meliá, pela ruptura das condições ecológico-ambientais (ausência de espaços de caça, de pesca e de cultivo) e das regras de reciprocidade (conflitos internos) (MELIÁ *apud* SILVA, 2007. p. 26).

O estudo do parentesco permite compreender melhor as razões para a realização do deslocamento guarani mbya em suas dimensões política, econômica e ecológica. A mobilidade consiste não somente na movimentação dos grupos de parentes que se deslocam sucessivamente por lugares onde estabelecem residência, mas também consiste na capacidade de conquistar e atualizar situações coletivas em diversos espaços e tempos (PISSOLATO, 2007, p. 107-123).

Nosso intuito principal consiste em afirmar que os Guarani Mbya, ao realizarem os seus deslocamentos, não são motivados apenas pela religiosidade. Existem múltiplos fatores que motivam os deslocamentos, sendo uma das principais causas os intensos conflitos fundiários desde a saída do grupo do Rio Grande do Sul, em 1940, até sua chegada ao estado, em 1967, conduzido pela líder xamânica Tatati Ywa Rete. Todos os caminhos percorridos pelos Mbya foram repletos de disputas territoriais, pelos intensos contatos com a sociedade envolvente, pelos conflitos entre culturas distintas, pelos processos de controle estatal durante o período do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) no início do século XX e pela ação da FUNAI durante a ditadura militar.

A história da chegada dos Guarani Mbya ao Espírito Santo é narrada pelos índios principalmente por meio de depoimentos orais em que a figura central é a líder religiosa Tatati Ywa Reté. Tatati era de origem guarani da região do Paraguai. Seu nome era Candelária, naquela região. Sua família havia realizado o deslocamento do Paraguai ao Brasil. Já do lado brasileiro, Tatati também era conhecida como Maria e foi a responsável por conduzir o grupo Mbya até o Espírito Santo. Além de ser uma mulher que exercia claramente seu papel religioso, ela também sabia articular-se politicamente junto ao marido e sua filha, Aurora. O grupo Guarani Mbya, com o objetivo de conseguir ganhos e benefícios, agia negociando com os não índios, com as igrejas protestantes, com os governos locais, durante o trajeto do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo, numa trajetória de quase 30 anos pelo litoral sul e sudeste, que se iniciou em 1940.

Comumente, tem-se uma visão de que os Guarani, devido ao seu modo de ser, *nhandereko*, são um povo pacífico, que não desejam guerra ou conflitos. Porém na análise da trajetória dos Mbya ao Espírito Santo, podemos observar que os Guarani são um grupo que luta arduamente pela defesa de seus interesses, pela afirmação de sua identidade étnica e pela busca de um território adequado ao seu modo de ser.

Os deslocamentos dos Guarani Mbya possuem intrínseca relação com os processos de espoliação de suas terras ao longo da história do contato desse povo com a sociedade envolvente. O território guarani foi constantemente reformulado em processos de desterritorialização, ocasionados pelos conflitos fundiários e as disputas com não índios. Dessa forma, os Mbya agem refazendo seus territórios por meio dos deslocamentos, em processos de reterritorialização. As diversas causas que promovem o *ogwata porã* são de ordem interna e de ordem externa. As causas de ordem interna consistem na busca de alianças para casamentos, na busca de parentes, de sementes, de rituais, em aspectos mítico-religiosos (sonhos, revelações, *tava*), em visões sobre saúde-morte e doença. As causas externas consistem nas disputas com não índios em torno de terras (GARLET, 1997).

Queremos comprovar que a identidade guarani se elabora por meio da realização dos seus deslocamentos ou caminhadas, *ogwata porã*, pois de acordo com Benedict Anderson, no seu livro *Comunidades imaginadas*, os *criollos* realizavam viagens constantes ao longo do Atlântico, fato esse que lhes possibilitava perceberem-se diferentes dos espanhóis e desejarem uma comunidade distinta da metrópole colonizadora (ANDERSON, 2008). Tomamos a ideia das viagens de Anderson aplicada ao caso dos Guarani Mbya em relação aos deslocamentos. Assim são também os Guarani Mbya, tomando-se em conta os distintos contextos, pois são o único subgrupo a realizar *ogwata porã* ainda nos tempos atuais. Os deslocamentos desses índios proporcionam o compartilhamento de um sentimento de pertencimento ao povo Guarani Mbya, por meio de visitas a parentes, de casamentos, de trocas de sementes, de alianças políticas, de conflitos internos e de contatos com a sociedade envolvente em razão das pressões interétnicas e dos conflitos fundiários.

Essa característica dos Guarani Mbya de sempre se deslocarem e buscarem um território próprio multiplica os debates no campo da Etnologia guarani. O que queremos aqui é considerar esses deslocamentos numa perspectiva histórica, conflitiva e identitária no âmbito das interações sociais com diversos agentes, como os outros povos indígenas, a sociedade envolvente e o Estado. Nesse sentido, o deslocamento inserido no conceito de *mobilidade* engloba tanto os movimentos de origem religiosa quanto os que apresentam motivações diversas. A mobilidade apresenta-se como uma possibilidade de estratégia de negação diante das tentativas integracionistas e assimilacionistas da sociedade nacional (GARLET, 1997, p. 16). A mobilidade caracteriza-se em um movimento de circularidade, motivado por aspectos socioculturais (casamentos, visitas, disputas político-religiosas) ou econômicos (mudanças de locais de cultivo). A circularidade do movimento constitui um espaço delimitado conhecido como território (GARLET, 1997, p. 17).

Oguata porã age promovendo movimentos de desterritorialização que consistem na perda do território original, ao menos de um território contínuo e os Guarani Mbya utilizam como solução para a ampliação possível dos seus espaços o movimento de reterritorialização, isto é, um processo de realocação do espaço (GARLET, 1997, p. 18). No caso dos Mbya devido aos conflitos fundiários e às pressões interétnicas, os índios reelaboram seu território por meio dos deslocamentos e formam novos aldeamentos, incorporando ambientes ecologicamente desejados para o seu modo de vida.

Partilhamos com Garlet, a ideia de que a mobilidade guarani apresenta uma combinação de traços culturais com o impacto interétnico, isto é, é um resultado de uma cultura historicamente construída, que possui elementos que se combinam e se rearranjam conforme o momento histórico (GARLET, 1997, p. 20). Deslocar-se faz parte da lógica constitutiva do ser guarani; mover-se é movimentar o corpo e o espírito. Entretanto, veremos que o deslocamento do povo Guarani Mbya do Rio Grande do Sul ao Espírito Santo teve causas históricas. E eis que a principal questão motivadora desses deslocamentos é a terra e os conflitos fundiários com a sociedade envolvente.

Nas visões da sociedade envolvente e do Estado, a característica de mobilidade dos Guarani Mbya é vista de forma negativa e preconceituosa, por meio de classificações, como nômades, errantes, aculturados e oriundos do Paraguai (LADEIRA, 2007). Tais denominações representam concepções de mundo, identidade e território distintos dos Mbya, promovendo dificuldades para que esses povos consigam ter o acesso legal sobre as terras porque se realiza uma manipulação da identidade indígena. Entretanto, os Guarani configuram seu território de forma circular, com presença de Mata Atlântica e à beira do oceano. Há também as *tavas*, antigas construções de pedras da época dos jesuítas, com as quais os Guarani Mbya se identificam como sendo construções feitas pelos seus antepassados (LADEIRA, 2007; 2008)

Os Guarani Mbya constroem seu território nos deslocamentos, no *ogwata porã*. Esses deslocamentos entre aldeias, regiões, estradas e cidades permitem a constituição de espaços sociais dos Guarani Mbya e a formação de um espaço geográfico e territorial contínuo (MENDES DA SILVA, 2007, p. 28-29). O território original guarani localiza-se na região do Paraguai oriental, *yvy mbyte*, centro do mundo, segundo os relatos orais dos Mbya. Esta região era dividida e disputada por outros grupos étnicos, alternando-se em períodos de tranquilidade e de tensões no território (GARLET, 1997, p. 17).

Contar a história dos Guarani Mbya do Espírito Santo significa resgatar a história da líder religiosa Tatati e da trajetória do grupo Mbya ao Estado. As narrativas dos índios demonstram uma forma própria de revelar sua história e identidade étnica. Por meio dos depoimentos, os Guarani narram sua forma de vida, sua religiosidade, sua cultura e sobretudo, os conflitos fundiários com outros índios e com a sociedade envolvente. A narrativa presente nos depoimentos mescla, ao mesmo tempo, fatos da história particular guarani com a sua mitologia e com os fatos históricos da sociedade nacional.

Hill considera que os povos indígenas constroem suas identidades sociais se apropriando do passado, redescobrimo e remodelando as narrativas orais, os textos escritos, os artefatos materiais. A etnogênese permite conhecer a elaboração de novos espaços políticos e de interpretação que permitem aos grupos indígenas construir suas identidades sociais persistentes ao mesmo tempo que modelam seu futuro no contexto de

globalização dos estados-nação da América Latina (HILL, 2013, p. 61). Hill, ao analisar os povos andinos e amazônicos, observa que ambos se apropriam dos mitos e das tradições orais, reelaborando-os constantemente de forma a dar novos significados às experiências vivenciadas, no contexto de contatos e em situações de mudanças (HILL, 1998, p. 4-5). Os mitos indígenas são construídos historicamente, e os índios reelaboram suas identidades nesse processo.

A narrativa do *oguada porã* elaborada pelos Mbya é construída pelos índios em um contexto estabelecido, sugerindo um discurso reflexivo do presente e de busca de alternativas para o futuro. A história elaborada pelos Guarani Mbya é repleta da incorporação de histórias locais, de lembranças de invasões de suas terras, de perseguições, de fugas e de confinamento. O *oguada porã* consiste em um processo de reorganização social, individual e familiar, sustentado pela líder xamânica (CICCARONE, 2001, p. 15).

Pompa, ao analisar o mito da Terra sem Mal dos Guarani no período colonial, atenta para a necessidade da releitura das fontes, considerando as especificidades históricas e o contexto produzido pelos autores e pelos agentes, índios, colonos, missionários, etc. Considera ainda que alguns autores (CLASTRES, 1990; CADOGAN; MÈTRAUX, 1978) analisaram a questão guarani muito mais do ponto de vista das semelhanças e negligenciando as diferenças dos processos históricos desencadeados pelos diferentes impactos na sociedade colonial, como a evangelização, a exploração econômica, as epidemias, a escravidão (POMPA, 2003, p. 105). Alguns antropólogos contemporâneos que retratam a mobilidade guarani chamam a atenção para este fato de compreender os fenômenos específicos da migração mbya, bem como, a historicidade desses movimentos (GARLET, 1997; SILVA, 2007).

Alguns estudos acerca dos Guarani revelaram um pouco do aspecto histórico, mesmo que ainda incipiente, como os de Schaden que se inserem nos estudos de aculturação e mudança cultural das décadas de 1950 e de 1960. O messianismo é aí interpretado articulando o mítico-profético a ideia de reação aos processos de desintegração cultural. Schaden (196, p. 127) é o primeiro a evidenciar os Guarani em relação às especificidades culturais, pois propõe estudar os três grupos guarani separadamente (Nhandeva, Mbya

e Kaiowa). Os estudos de Bartolomeu Meliá, a partir da década de 1970, procuram compreender os Guarani como históricos. Meliá considera que os motivos ecológicos e a existência de um processo de transformação histórica levaram a uma mudança de abordagem sobre os Mbya. Partilhamos a ideia de Pompa de que o movimento guarani deve ser analisado considerando suas especificidades locais, econômicas, culturais, ecológicas e políticas. Além disso, a mobilidade guarani não se deve unicamente ao fator religioso, mas principalmente, no caso do Espírito Santo, é ocasionada pelos inúmeros conflitos fundiários pelos quais passaram os Mbya desde sua saída do Rio Grande do Sul até a chegada ao Sudeste.³

Durante o século XVIII, os conflitos entre os *Kaigua* e os exploradores de erva-mate recrudesciam devido à expansão agrícola nas áreas indígenas. O governo provincial do Paraguai agia favorecendo os plantadores de erva-mate e em relação aos índios, o governo solicitou apoio dos missionários da Companhia de Jesus para reduzir os *Kaigua*. (GARLET, 1997, p. 28). Outro fator que contribuiu para o aumento dos conflitos entre índios e colonos foi justamente a questão da utilização dos *Kaigua* como mão de obra para os bandeirantes e os mamelucos paulistas (GARLET, 1997, p. 30). Com a ação dos exploradores de erva-mate, do governo provincial do Paraguai e dos jesuítas sobre os índios, tentando restringi-los a uma área menor do que aquela que eles tinham inicialmente, os *Kaigua* viram seus espaços diminuir, e eram constantes seus deslocamentos para outras reduções distantes de suas áreas originais (GARLET, 1997, p. 28).

No que se refere aos deslocamentos e à formação do território guarani, Meliá propõe a combinação entre a procura dos Guarani por terras adequadas à formação de novas aldeias e roçados e a migração de motivação

³ Pompa considera que se deva analisar os textos antigos sobre o profetismo tupi-guarani conforme a metodologia seguinte: Primeiro, observe-se o contexto histórico dos acontecimentos, o contexto narrativo produzido pelos etnólogos e o contexto cultural a partir dos relatos de viagem para quem eram destinados. Segundo, considere os dados históricos pertencentes a grupos distintos, a regiões diversas e a momentos históricos diversos entre si, para não se incorrer no erro das comparações indevidas. Por fim, tente-se compreender o sentido dos fatos relatados para os diferentes atores envolvidos, como índios, jesuítas, capuchinhos, colonos. Cf.: Pompa (2003, p. 136).

religiosa. O autor sugere que ambos os movimentos se circunscrevem na busca de um espaço geográfico e religioso que criam condições para que os Guarani estabeleçam seu modo de ser. (MELIÁ, 1988, p. 105-108) Meliá desenvolveu os estudos guarani baseados na relação estabelecida entre a tríade religião, território e cultura guarani. Todavia, nossa perspectiva de abordagem volta-se para a compreensão histórica da formação do território, a questão identitária e as relações entre os agentes. As principais causas dos deslocamentos guarani no período colonial eram as epidemias, as relações de colonização dos espanhóis por meio do trabalho compulsório, os descimentos para outras áreas distantes de sua terra natal, as expedições em busca de metais preciosos junto aos espanhóis na região do Chaco (SUSNIK, 1979; MEIRELES, 1989 *apud* MONTEIRO, 1992).

Outros grupos guaranis se deslocavam do Paraguai e do Guairá para as regiões próximas da colônia portuguesa, durante o século XVII, para evitar a opressão e o domínio espanhol (ATAS, 1914 *apud* MONTEIRO, 1992, p. 484). No litoral, os deslocamentos Guarani eram motivados principalmente pelo tráfico de cativos por meio de comércio com os portugueses. Outros grupos preferiam permanecer afastados do contato com os europeus nas regiões do sertão. A mobilidade espacial apresentava duplo significado, pois, por um lado, poderia configurar-se para os Guarani como uma forma de preservar e manter sua autonomia política e cultural, por outro lado, havia outros que buscavam essa autonomia dentro do próprio contexto colonial no espaço dos aldeamentos (MONTEIRO, 1992, p. 484).

A Guerra do Paraguai (1865-1870) promoveu forte impacto nas terras dos Guarani. O Estado paraguaio, durante o regime do Presidente Francia (1814-1840), passou a ter controle sobre as terras, equivalentes a uma área de 98,5% do território. A legislação fundiária sofreu modificações para favorecer o Estado. De acordo com a lei de Terras de 1883, a área mínima para a aquisição individual era de 1.875 ha. Esta medida permitia somente aqueles com poder aquisitivo elevado conseguir o benefício, favorecendo inclusive o estabelecimento do capital estrangeiro, como as indústrias (GARLET, 1997, p. 38).

As terras indígenas eram vistas como áreas de expansão agrícola para a produção de erva-mate e de laranjas. As populações indígenas viviam

deslocando-se por vários pontos dentro do território original. Ao mesmo tempo em que suas terras eram espoliadas, os índios serviam como uma mão de obra barata e semiescrava (GARLET, 1997, p. 39).

Podemos observar que, desde o período colonial até o século XIX, os *Kaigua* ou Guarani Mbya já realizavam deslocamentos em virtude das perdas territoriais, para os colonos, durante o período colonial; para as indústrias e o Estado, durante o século XIX. Todavia, os *Kaigua* continuaram próximos ao território original, ou seja, o Paraguai, ou próximos também das regiões das missões. A cada contexto histórico, os *Kaigua* ou Mbya estabeleciam contato com os agentes, negociando com eles, recuando por meio das fugas, rebelando-se em movimentos profético-religiosos. Os Guarani do passado lutavam e agiam conforme seus interesses e resistiam por meio dos deslocamentos ou das fugas nas regiões de matas. No século XX, também as pressões interétnicas mantinham-se intensas nas terras que os Guarani Mbya desejavam ocupar. Os Mbya continuaram realizando deslocamentos ao longo desse século motivados principalmente pelos contatos com os não índios, com os fazendeiros, os colonos e o Estado. Muitas vezes, os caminhos percorridos pelos Guarani do Espírito Santo já haviam sido percorridos pelos seus antepassados, conforme veremos mais adiante.

Durante as primeiras décadas do século XX, Schaden registrou a presença dos Guarani oriundos do leste paraguaio e do nordeste argentino que teriam atravessado os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, chegando ao litoral de São Paulo, nas aldeias de Rio Branco e Itariri. O autor constatou a existência de três grupos, um vindo em 1924, outro em 1934 e um terceiro em 1946 (SCHADEN, 1962, p. 13).

No caso dos Guarani Mbya de São Paulo, os deslocamentos foram conduzidos essencialmente por mulheres com funções religiosas. Elas também foram as principais responsáveis pelo núcleo de povoamento dos Guarani, enquanto os homens realizaram alianças políticas através da busca de casamentos com os parentes, em diversos pontos do território Mbya (LADEIRA, 2007) Ciccarone aponta que a história das migrações da década de 1950 foram organizadas por lideranças femininas, como em Morro da Saudade, na Grande São Paulo, Ubatuba. Elas também conduziram os grupos dispersos no Maranhão e Pará (CICCARONE,

2001, p. 277). As rotas migratórias dos Guarani na região sudeste teriam duas origens. A primeira tem origem no Rio Grande do Sul e passa por Santa Catarina e funda as aldeias no Rio de Janeiro. A outra corrente teria surgido do oeste do Paraná, passando por São Paulo e estabelecendo-se no Espírito Santo (LADEIRA, 2007).

Tatati vivia no Paraguai com seu núcleo familiar, de origem xamânica. A região onde morava passava por ataques dos soldados de Solano Lopes (CICCARONE, 2001, p. 227). A saída do Paraguai fora motivada pelo conflito da terra entre os índios e os fazendeiros de erva-mate. O grupo Mbya deslocou-se de Pindovy, no Paraguai, em direção à Argentina, na região de Santa Maria, e por lá permaneceram num período de aproximadamente seis a sete anos. Essa trajetória inclui a travessia da fronteira da região do rio Uruguai e a passagem pelas cidades de São Luiz Gonzaga e Santa Maria. Durante o deslocamento, os Guarani Mbya viviam da agricultura e do cultivo do milho.⁴ O grupo era formado por 61 índios que fugiam dos invasores de suas terras.⁵ Por volta de 1940, após a morte de um parente, o grupo decidiu mudar-se para o Rio Grande do Sul, passando por Porto Xavier e São Miguel. Os índios partiram para São Paulo e se estabeleceram na aldeia de Rio Branco, perto da cidade de Itanhaém, onde permaneceram por cinco anos. Abandonaram o lugar devido à falta de caça, segundo João Carvalho (GRUPO de Trabalho Técnico. 1994, fl.90). Em São Paulo, os Mbya seguiram para as aldeias de Itariri, de Rio Comprido, de Rio Silveira e de Ubatuba. Em Rio Comprido, os índios identificavam-se com a região devido à fartura da caça, da pesca e da mata. A aldeia de Rio Comprido recebeu muitos Guarani do Rio Grande do Sul. Os Mbya deixaram a região porque chegou um alemão da cidade de São Paulo que exigiu que eles deixassem a área, provocando a dispersão do grupo (GRUPO de Trabalho Técnico, 1994, fl.91).

Os Guarani Mbya de São Paulo viviam em territórios confinados em pequenos espaços. De acordo com Ciccarone, o grupo de Tatati mantinha-se separado dos demais para evitar conflitos e manter relações

⁴ Depoimento de Aurora, filha de Tatati apud CICCARONE, 2001, p. 238.

⁵ SILVA, Gutemberg Mota. SABINO, Waldemar. Nostalgia do mar tirará os guaranis de Minas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 9 dez. 1973.

de solidariedade. Havia rivalidades com os Guarani Xiripa. As lideranças de Rio Branco e Itariri eram mais severas e punitivas, ao passo que a ação político-religiosa de Tatati era baseada na orientação e nos conselhos (CICCARONE, 2001, p. 250).

Segundo Evaldo Mendes da Silva, recém-chegados e brancos eram considerados portadores de más formas de convivência. Portanto, quando há novos moradores nas aldeias, eles são aconselhados pelas chefias políticas e religiosas a não ingerir álcool, a rezar, a evitar fofocas, brigas, discussões (SILVA, 2007, p. 154-155). Os Mbya permaneceram três anos aproximadamente na localidade de Capoeirão, na serra do Itatins, próxima à aldeia de Itariri. Essa localização permitia aos Guarani intenso deslocamento pelo litoral a fim de comercializarem suas peças de artesanato nas cidades vizinhas de Peruíbe, Mongaguá e Itanhém (SILVA, 2007, p. 250). Na localidade de Bocaceia, os índios também se identificavam com a região, pois podiam caçar, pescar, plantar. Novamente, foram expulsos das terras e retiraram-se da região (GRUPO de Trabalho Técnico. 1994, fl.91). Os Mbya faziam um movimento de contato com outros Guarani, com os índios de outras etnias e com a sociedade envolvente num primeiro momento a fim de garantir espaços adequados ao seu modo de vida e até mesmo de sobrevivência. Após estabelecido esse contato inicial, os Mbya partiam sempre em um movimento de inflexão para o isolamento do próprio grupo a fim de manter-se mais coeso e distante de futuros conflitos. Nesse sentido, os Guarani adentraram-se mais ao sul da mata próxima ao Rio Comprido. Com o falecimento de uma tia paterna, Tatati decidiu sair de Rio Comprido, mesmo com a oposição de alguns familiares. A morte de parentes é uma das causas do deslocamento mbya, além dos sonhos constantes da líder religiosa.

Em 1953, a família de Tatati mudou-se para Bertioga, em São Paulo. A família Nogueira Santos convidou-os para ficarem em suas terras. Essa família disputava terras com a família Mariconde. Diante do conflito, os índios foram expulsos. Os Guarani pediram apoio ao coronel Honório Nogueira dos Santos, da força pública de São Paulo, que os reinstalou no aldeamento (SILVA, 2007, p. 264). Em Rio Silveira, Tatati e seus filhos começaram a articulação em torno da mobilização política junto às

autoridades regionais sobre o reconhecimento de suas terras (SILVA, 2007, p. 276). Em 1957, com a morte do esposo de Tatati, os índios saíram de Rio Silveira com mais seis famílias guarani e pararam perto de Ubatuba. Um fazendeiro de nome Baioco os levou para sua fazenda, próxima ao rio Takuari. Em seguida, instalaram-se em uma área de mata, próxima a Parati, no Rio de Janeiro. Na fazenda, os índios trabalhavam como agricultores e passaram por mais conflitos fundiários. Os Guarani Mbya em Parati enfrentaram problemas com posseiros. Resolveram, então, reagir e foram para o Rio de Janeiro exigir que o governo reconhecesse seus direitos sobre a terra e retirasse os invasores. Diante do aumento do número de colonos na área e ao desmatamento, Tatati retomou a caminhada (GRUPO de Trabalho Técnico, 1994, fl.92).

Passaram pelo Rio de Janeiro, nas regiões de Mambucada, Serra D'Água, Rio Bracuí. Em Barra Mansa, o prefeito estimulou e financiou a ida do grupo para Minas Gerais, para a Fazenda Krenak (GRUPO de Trabalho Técnico. 1994, fl.93). Ainda no Rio de Janeiro, os Guarani Mbya viviam da venda de artesanato e trabalhavam nas regiões do entorno. As mulheres indígenas trabalhavam como empregadas domésticas nos municípios de Campos, Macaé e Barra Mansa. Em Campos, Tupã Kwaray trabalhou em uma usina de açúcar chamada Santo Amaro (CICCARONE, 2001, p. 274).

O caminho percorrido pelos Guarani foi repleto de desafios. Inicialmente, a saída do Rio Grande do Sul para outras regiões foi motivada por conflitos fundiários. Pressionados pelos fazendeiros, plantadores de erva-mate, os índios foram obrigados a sair de sua região em busca de novas terras. Nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, trabalharam como agricultores para fazendeiros regionais. No entanto, novos conflitos se estabeleceram, pois, os Guarani Mbya eram submetidos a duros trabalhos agrícolas, em rotinas exaustivas e sem remuneração, obtendo apenas poucos recursos para sua sobrevivência. Os Guarani, sentindo-se explorados e percebendo que trabalhavam em terras alheias e impróprias ao seu modo de vida, desejavam ansiosamente novas terras em que pudessem exercer o modo de ser.

Mesmo sendo os responsáveis pela fundação de algumas aldeias nos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, para os Guarani Mbya não

bastava apenas encontrar a terra, era necessário relacionar-se com ela para que conseguissem atingir a Terra sem Mal. Conflitos internos do grupo e com outros indígenas deflagravam constantemente seus deslocamentos. A impossibilidade de exercer o modo de ser ocorria quando os Guarani Mbya não conseguiam viver conforme seus preceitos religiosos. As brigas, o alcoolismo, as disputas políticas, os casamentos com brancos traziam à tona a transitoriedade da permanência nos espaços geográficos.

Os deslocamentos realizados pelos Guarani Mbya do Espírito Santo podem ser entendidos como constitutivos também da formação da identidade étnica desse povo indígena. Primeiramente, esses deslocamentos em geral, foram motivados pela busca de novos espaços que reunissem condições ambientais, religiosas, econômicas e sociais favoráveis à sobrevivência dos Mbya. Os Guarani do grupo de Tatati desenharam um espaço geográfico possível e iniciaram um território mbya físico e imaginado. Esse território é físico porque os Guarani fundaram aldeias ao longo dos estados de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Esse grupo étnico se fixava nos aldeamentos enquanto sentiam que suas condições ambientais e sociais lhes eram favoráveis e lhes permitiam conviver com outros Guarani. Na medida em que os Mbya se sentiam incomodados com a alteração e a ruptura das normas sociais de reciprocidade, esses índios eram conduzidos pela líder xamânica Tatati a realizar mais deslocamentos. A líder religiosa, *yradydjá*, orientava o grupo mbya por meio de rezas e de aconselhamentos, sendo o caminho a ser percorrido determinado no plano religioso pelos sonhos e pelas revelações (CICCARONE, 2001; PISSOLATO, 2007). Por meio dos relatos dos mais velhos que participaram do *oguata porã*, os conflitos com os índios locais foram motivados por disputas internas e por problemas de alcoolismo. Além desses motivos, as mortes de parentes e as doenças também eram as principais causas desses deslocamentos (CICCARONE, 1996). À medida em que os Guarani Mbya visitam os parentes, trocam sementes, participam dos rituais do batismo do milho (*nbeemongaraĩ*) e da erva mate (*ka'á*), promovem casamentos e alianças políticas com membros de outras aldeias ao longo do Brasil e da América do Sul. Dessa forma, os Guarani Mbya fortalecem o sentimento de pertencimento a uma comunidade étnica e formam um território imaginado. Esse território é compartilhado

por meio das histórias, das tradições e das situações políticas vivenciadas por esse grupo étnico. A identidade guarani mbya é construída por meio dessas relações e experiências de compartilhamento das histórias em comum e da apropriação e construção de relações sociais e políticas ao longo do território imaginado guarani. Para Weber (1994), a identidade de um grupo é formulada por meio da ação política e do sentimento de comunhão étnica. Barth compreende a identidade de um grupo étnico como função de autoatribuição do indivíduo e da comunidade étnica.

Nos estados do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo, os caminhos percorridos pelos Mbya incluíam o âmbito urbano. Os Guarani Mbya possuíam estratégias para se relacionar com a sociedade não índia a fim de conseguirem recursos necessários à sobrevivência. Aurora, filha de Tatati, era a principal interlocutora dos Guarani junto à sociedade envolvente. Ela dirigia-se às igrejas pentecostais com intuito de pedir apoio e ajuda para a sobrevivência do grupo, enquanto seu João, esposo de Tatati, recorria às autoridades políticas. Em muitas localidades, os Mbya receberam apoio de igrejas evangélicas, que os subsidiavam com o fornecimento de recursos materiais, como alimentos, transporte e hospedagens. Em troca, os Guarani aparentemente aceitavam as palavras de conversão religiosa. Segundo Ciccarone, os Mbya identificavam-se com algumas normas religiosas dos evangélicos, como a não ingestão de bebidas alcoólicas, a religiosidade, o respeito às formas de vida em sociedade (CICCARONE, 2001, p. 280).

Em 1967, cerca de 30 índios guarani chegaram ao Espírito Santo de trem. Primeiramente, o grupo se estabeleceu em Vitória. Os índios moravam de aluguel na periferia da cidade, vendiam o artesanato e relacionavam-se com igrejas evangélicas para conseguir apoio financeiro para sua sobrevivência. De acordo com Schaden (1982, p. 24-25), a relação dos Guarani com as igrejas cristãs pentecostais e protestantes proporcionava três fases aculturativas. A primeira possuía um caráter devido à necessidade de sociabilidade com a sociedade nacional, para receberem ajuda econômica, social e religiosa. A segunda fase consistiria na reinterpretação da religião protestante conforme a cultura guarani, e a terceira fase, por fim, consistiria na desagregação da ordem social com o conflito entre o cristianismo e os valores tradicionais indígenas.

Na década de 1960, a cafeicultura, principal fonte de renda econômica no Estado, entrou em colapso. Fazia-se necessário modernizar o Espírito Santo e inseri-lo nos moldes de crescimento econômico e progresso durante o contexto da ditadura militar. Diante disso, o governador Christiano Dias Lopes (1967-1971) estimulou a criação de organismos e entidades destinados ao planejamento e captação de recursos para investimentos. Em 1968, o governo do Estado conseguiu o incentivo de recursos federais para incluir o Espírito Santo entre as regiões de expansão econômica, junto à Amazônia e ao Nordeste, para desenvolver as áreas de rodovias federais, energia elétrica, infraestrutura de portos, sistema de comunicações. Essa política tinha como claro objetivo a inserção do estado na comunicação com o setor produtivo nacional (CICCARONE, 2001, p. 290). Iniciavam-se no Estado os Grandes Projetos de Investimentos (GPIs) que visavam a construção de fábricas destinadas à produção de matéria-prima destinada à exportação. Nesse sentido, a empresa Economia e Engenharia Industrial (ECOTEC), que atuava no estado desde a década de 1950, conciliou seus interesses de produção de celulose destinada à exportação aos interesses do estado militar de industrialização. As terras escolhidas para a implantação da indústria no município de Aracruz eram próximas ao mar e à capital-Vitória (CICCARONE, 2001, p. 290). Além disso, eram consideradas terras desabitadas e improdutivas. Na verdade, eram territórios indígenas. Os Guarani Mbya escolheram a região de Caieiras Velhas devido à existência de condições ambientais favoráveis ao *nhandereko*, modo de ser.

Os Guarani Mbya percorrem espaços já trilhados pelos seus antepassados pois nos anos de 1930, já havia Mbya no Posto Indígena Pancas. Além disso, a referência a *tava*, construções de pedra que teriam sido construídas pelos índios endossa o local da escolha.

Os Guarani Mbya instalaram-se numa casa próxima ao terminal da balsa que ligava o rio Piraquê-Açu ao distrito de Santa Cruz. Viviam na região os pescadores, camponeses e os Tupinikim. Os Guarani começaram a relacionar-se com os Tupinikim que viviam na região de forma esparsa e reconheciam-se como caboclos para lidar com o preconceito da sociedade envolvente (MARCATO, 1980a; 1980b). Em seu depoimento Werá Kwaray

informa que: “[...] tinha só uma família de Tupinikim em Caieiras Velhas. Tinha uns outros que não se revelaram como índios Tupinikim e, por isso, tivemos dificuldade naquela época”.⁶

Em Caieiras Velhas, os Guarani Mbya passaram a viver em uma casa numa região mais afastada das movimentações da vila. Os Mbya mantinham boas relações de convivência e de comércio com os Tupinikim. Viviam do artesanato e da pequena agricultura. Entretanto, com o passar do tempo, a presença de posseiros na região intensificou os conflitos com os moradores locais, os problemas de alcoolismo e casamentos com regionais. Dessa forma, Tatati preferiu, com o grupo, realizar frequentes deslocamentos para outras áreas, procurando evitar novos conflitos (CICCARONE, 2001, p. 298-299). Alguns líderes, como os irmãos Paulo e João Carvalho, decidiram permanecer em Aracruz para acompanhar os desdobramentos na região. Os mais velhos, as mulheres e as crianças seguiram em direção a Guarapari.

A líder Tatati e seus familiares, percebendo a intensa ocupação de posseiros na região de Caieiras Velhas e os conflitos vindouros, resolveu sair de forma temporária de Aracruz. Em 1973, o grupo Mbya passou a dividir-se entre Aracruz, Vitória e Guarapari, realizando intensos deslocamentos no Espírito Santo.

Guarapari significou a oportunidade de comércio do artesanato por ser uma região turística. Entretanto, o local revelou o cotidiano de fome, doenças, desamparo e controle do governo estadual sobre os deslocamentos indígenas. Os funcionários do Centro de Ajustamento Social, da Secretaria Estadual do Trabalho e Promoção Social (SETRAPS), vigiavam os Guarani, conforme registrado no relatório enviado à FUNAI em junho de 1973. No mesmo relatório, havia a afirmação de que faltavam recursos financeiros para os índios e que eles perambulavam em busca de abrigo. No mesmo ano, o prefeito de Guarapari, Hugo Borges prometeu terra aos índios em troca de que se apresentassem como atração turística para o município. Após as denúncias de exploração dos Guarani Mbya

⁶ Depoimento de Tupã Kwaray apud CICCARONE, 2001, p. 297.

em Guarapari, o chefe da ajudância Minas –Bahia da FUNAI, Itatuitim Ruas,⁷ esteve no Espírito Santo em 1973 e providenciou para que os índios fossem levados para a Fazenda Guarani, localizada no município de Carmésia, em Minas Gerais.

A retirada dos Guarani Mbya do Espírito Santo representou uma solução muito oportuna para os seguintes problemas: primeiro, a má notícia de exploração dos índios em Guarapari, fato esse que repercutiu nacionalmente, prejudicando as imagens da FUNAI e dos governos municipais e Estadual; segundo, a retirada dos Mbya representava a ação do órgão indigenista, durante o período militar, de controle dos índios considerados desajustados, ou seja, que se enquadravam em casos de vadiagem, de alcoolismo, de andanças, fugas, rebeldias. No caso dos Guarani, foram quase trinta anos de deslocamentos ao longo dos litorais sul e sudeste do país, ocasionados por conflitos fundiários e por pressões interétnicas que os motivaram a dispersar-se em vários estados. A retirada dos Mbya para a Fazenda Guarani representou também o conflito entre o modo de ser guarani e a concepção ocidental de que esses índios deveriam estar em aldeamentos ou prisões destinadas ao trabalho agrícola e à integração nacional. Finalmente, os deslocamentos guarani no Espírito Santo nos municípios de Vitória, Aracruz e Guarapari refletiam problemas da ausência de políticas públicas para os índios no Estado, porque os índios existentes, no caso, os Tupinikim foram reconhecidos apenas como índios em 1975, ou ainda eram considerados como remanescentes e caboclos. A chegada dos Mbya ao Estado revelou a existência de índios e, por sua vez, a necessidade de reconhecimento oficial de território indígena, pois ambos, Tupinikim e Guarani desejavam terras para viver.

⁷ Itatuitim Ruas era um índio juruna do Alto Xingu. Sua mãe faleceu no parto e ele foi criado pelo professor Boaventura Bueno da Cunha. Formou-se em Escola Técnica Agrícola. Trabalhou na inauguração da Belém- Brasília, conduziu bois ao pantanal de Mato Grosso. Candidatou-se a vereador pelo extinto PTB, sendo reeleito e chegou à presidência da Câmara municipal de Tombos. Na época, Itatuitim era encarregado por 4 mil índios na FUNAI e já foi diretor do serviço social da Usiminas. Cf. ÍNDIO cobra terra prometida em Comboios. *A Tribuna*. Vitória. 8 mai. 1978. Cf. O índio chegou ao poder: o supercacicue da FUNAI pagará sua promessa? *Realidade*. Vitória. Ano VIII, n. 93, dez. 1973.

Referências

Documentos

- GRUPO de Trabalho Técnico. *Relatório final de reestudo da identificação das terras indígenas Caieiras Velhas, Pau Brasil e Comboios*. Portaria n. 0783/94. Vitória, 1994. v. 1, mimeo.
- MARCATO, Sônia de Almeida. FUNAI. *Remanescentes indígenas do Leste Brasileiro*. Brasília, 7 mai. 1980a.
- _____. FUNAI. *Da indianidade dos Tupinikim* (Índios do litoral do Espírito Santo). Brasília, 13 jun. 1980b.
- Correspondência do delegado regional para DGO, sobre relatório do Prof. José de Aguiar, secretário estadual do Trabalho e Promoção Social do Estado do Espírito Santo, 13/08/1973.
- _____. FUNAI. *Relatório da Missão Especial* n. 27/80. Anexado ao Processo n. 2.561/1979, fls. 210–220.
- _____. FUNAI. *Ofício n. 373-AJAMB/73*. Encaminha relatório de remoção dos índios Guaranis no Estado do Espírito Santo (Guarapari). Brasília, 12 set. 1973. Anexado ao Proc. n. 2.474/1973.
- _____. FUNAI. *Ajudância Minas-Bábia, de 4 a 13 de agosto de 1973*. Correspondência do delegado regional para DGO sobre relatório do Prof. José de Aguiar, secretário estadual do Trabalho e Promoção Social do Estado do Espírito Santo Vitória, 1973, p. 2. Anexado ao Proc. n. 3.649/1975.
- _____. FUNAI. *Portaria n. 565/E, de 10 de julho de 1979*. Anexado ao Proc. n. 3.649/1975.

Jornais e periódicos

- SILVA, Gutemberg Mota. SABINO, Waldemar. Nostalgia do mar tirará os guaranis de Minas. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro: 9 dez. 1973.
- ÍNDIO cobra terra prometida em Comboios. *A Tribuna*. Vitória. 8 maio 1978.
- O índio chegou ao poder: o super-cacique da FUNAI pagará sua promessa? *Realidade*, Vitória, ano VIII, n. 93, dez. 1973.

Obras de apoio

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARTH, Frederik. Etnicidade e o conceito de cultura. *Antropolítica*. Niterói. n. 19, 2005.
- BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras In: POUTIGNAT, Philippe. STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth*. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- BRIGHENTI, Clovis Antonio. *Integração e desintegração: análise do tratamento dispensado pelo Estado aos povos indígenas-Santa Catarina e Misiones no caso Guarani*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, USP, São Paulo, 2001.
- CHAGAS, Miriam de Fátima. A política do reconhecimento dos “remanescentes das comunidades dos quilombos. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 209-235, jul. 2001.
- CICCARONE, Celeste. *Drama e sensibilidade: migração, xamanismo e mulheres mbya guarani*. Tese (Doutorado) - Programa de Estudos de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.
- _____. (Org). *Memória viva Guarani: revelações sobre a terra*. Comunidade Tekoa Porã. Vitória: Edufes, 1996.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. 5. ed. Francisco Alves, 1990.
- GUIMARAENS, Dinah (Org.) *Museu de arte e origens: mapa das culturas vivas guaranis*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.
- GUIMARÃES, Ewerton Montenegro. Sobre a situação de bens imóveis pertencentes ao patrimônio indígena no estado do Espírito Santo. In: SANTOS, Silvio Coelho (Org.). *O índio perante o direito*. Florianópolis: EDUSC, 1982.
- HILL, Jonathan (org). *Rethinking history ad myth*. Urbana: University of Illinois Press, 1988.
- _____. Contested pasts and the practice of anthropology: overview. *American Anthropologist*, v. 94, n. 4, p. 809-815, 1992.

- _____. (Org). *History, power and identity: ethnogenesis in the Americas. 1492-1991*. Iowa City: University of Iowa Press, 1996.
- HILL, Jonathan. Etnicidade na Amazônia Antiga: reconstruindo identidades do passado por meio da arqueologia, da linguística e da etno-história. Florianópolis. *Ilha*, v. 15, n. 1, jan.jun 2013.
- IBGE. *Censo demográfico 2010. Características gerais dos indígenas: resultados do universo*. Rio de Janeiro, 2012.
- LADEIRA, Maria Inês. *O caminhar sob a luz: o território mbya à beira do oceano*. São Paulo: UNESP, 2007.
- _____. *Espaço Geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso*. Maringá/Paraná: Eduem; São Paulo: EDUSP, 2008.
- LADEIRA, Maria Inês; MATTA, Priscila. *Terras guarani no litoral: as matas que foram reveladas aos nossos antigos avós*. Ka'a güy oreramói kúery ojou rive vaekue ÿ. São Paulo: CTI, 2004.
- LITAIFF, Aldo. *As divinas palavras: representações étnicas dos Guarani Mbya*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1991.
- MELIÁ, Bartolomeu. *El Guaraní, conquistado y reducido: ensayos de etnohistoria*. 2. ed. Assunção: Universidad Católica. 1988.
- _____. *El Guaraní: experiência religiosa*. Asunción-Paraguay: CEADUC-CEPAG, 1991.
- MONTEIRO, John M. Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria municipal de cultura: FAPESP, 1992.
- _____. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- NIMUENDAJU, Curt Unkel. *As lendas da criação e destruição do mundo como fundamento da religião dos Apapocúva – Guarani*. São Paulo: Edusp, 1987.
- PISSOLATO, Elizabeth. *A duração da pessoa: mobilidade, parentesco e xamanismo mbya (guarani)*. São Paulo: UNESP/ISA, Rio de Janeiro: NUTI, 2007.

- POMPA, Cristina. *A religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil Colonial*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.
- SCHADEN, Egon. *Aspectos fundamentais da cultura guarani*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1962.
- _____. A religião guarani e o cristianismo. Contribuição ao estudo de um processo histórico de comunicação intercultural. *Revista de Antropologia*, v. 25, 1982.
- SILVA, Evaldo Mendes da. *Folhas ao vento: a micro mobilidade de grupos mbya e nhandeva (guarani) na Tríplice Fronteira*. Tese (Doutorado) - Programa de pós-graduação em Antropologia social. Museu Nacional. UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.
- WEBER, Max. Relações comunitárias étnicas. In: _____. *Economia e sociedade*. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 1994.